

ABORDANDO O MONTE EVEREST: DA INTERTEXTUALIDADE E DO PASSADO COMO NARRATIVA¹

Susan Birrel²

Universidade de Iowa

Iowa, Estados Unidos

Susan-birrell@uiowa.edu

Resumo

Este artigo tem como objetivo examinar meios alternativos de se estudar o passado que crescem a partir de desafios epistemológicos, metodológicos e teóricos do pós-modernismo e do pós-estruturalismo. Baseando-me em meu trabalho sobre o monte Everest, parto de abordagens pós-estruturalistas, argumentando em favor de uma conceitualização expandida do lugar da narrativa em nosso trabalho ao sugerir que prestemos maior atenção à análise textual e, em especial, ao poder da intertextualidade como uma estratégia metodológica. Por fim, procuro demonstrar a aplicação da proposta aqui apresentada, analisando como a intertextualidade pode ser invocada para fornecer novas visões acerca do significado cultural do monte Everest.

Palavras-Chave: intertextualidade; pós-estruturalismo; análise textual.

Abstract

Approaching Mt. Everest: on intertextuality and the past as narrative

This article aims at examining alternative ways to study the past that grow out of the epistemological, methodological, and theoretical challenges of postmodernism and poststructuralism. Grounded in my project on Mt. Everest, I take as my starting point poststructuralist approaches arguing for an expanded conceptualization of the place of narrative in our work by suggesting we pay more pronounced attention to textual analysis and, particularly, the power of intertextuality as a methodological strategy. Finally, I try to show how intertextuality can be invoked to provide added insights into the cultural meanings of Mt. Everest.

Keywords: intertextuality; poststructuralism; textual analysis.

¹ Tradução inédita em português. Original em inglês publicado no *Journal of Sport History*, v. 34, n. 1, p. 1-22, 2007. Traduzido com autorização da autora e do *JSH*. Com esta tradução, *Recorde* busca contribuir para a divulgação, em língua portuguesa, de artigos relevantes da produção acadêmica em inglês na área de História do Esporte. Tradução: Maurício Drumond.

² Este artigo é uma versão revisada da apresentação "Approaching Mt. Everest", do prêmio Seward Taley de 2006 da North American Society for Sport History, realizado em Glenwood Springs, Colorado, em Maio de 2006. A autora agradece Tina Parratt por seus atenciosos comentários nas várias versões deste artigo.

Questionar como fazemos nosso trabalho como estudiosos e como teorizamos nossas descobertas são processos permanentes em qualquer campo de estudo. Neste momento histórico em particular junto aos campos que compõe os estudos do esporte, os debates sobre as diversas abordagens metodológicas e teóricas que caracterizam o nosso estudo estão particularmente vivos, e talvez não seja um exagero afirmar que a História do Esporte e a Sociologia do Esporte se encontram em encruzilhadas epistemológicas. Na História do Esporte, explorações anteriores desses temas por Tina Parratt (1995), Jeff Hill (1996), Murray Phillips (2001) e outros convidaram historiadores a contemplar a força analítica em potencial que movimentos pós-modernos e interdisciplinares podem trazer para o campo. Mais recentemente, a publicação dos livros de Murray Phillips, *Deconstructing Sport History* (2005), e de Douglas Booth, *The Field* (2005), assinalaram uma virada significativa em direção a novos modos de se pensar as explorações do passado. Os intensos diálogos que surgiram durante muitas sessões da conferência de 2006 da North American Society for Sport History (NASSH) energizaram ainda mais esses debates.

Refletir sobre as mudanças na história do esporte que Parratt, Phillips, Booth e outros documentam – e produzem – fez com que ficasse particularmente atenta às mudanças teóricas, metodológicas e disciplinares sofridas pelo meu trabalho sobre o monte Everest. Neste artigo, reúno esses debates, abordando-os a partir de um olhar mais próximo à sociologia, informado pelo campo interdisciplinar dos estudos culturais críticos, que vêm tendo enorme impacto em estudiosos que se identificam como sociólogos do esporte. Ainda que possamos abordar o passado por diversos caminhos, acredito que tenhamos muito a ganhar ao alargar as fronteiras de nossos territórios disciplinares, ao colocarmos importantes perguntas sobre nossas práticas acadêmicas. Como os estudiosos, treinados de forma diferente e localizados em campos distintos, abordam o trabalho que fazemos? Como podemos superar as fronteiras disciplinares

que interferem com o fluxo de nossas melhores ideias? O que podemos aprender uns dos outros?

Minha intenção não é diminuir ou substituir as atuais práticas historiográficas, mas examinar meios alternativos de se estudar o passado que crescem a partir de desafios epistemológicos, metodológicos e teóricos do pós-modernismo e do pós-estruturalismo. Ao seguir esse rastro, utilizo como meu ponto de partida o modelo de estudos históricos que Murray Phillips (2005) e Booth (2005)³ identificam como desconstrutivista. Partindo de abordagens pós-estruturalistas, argumento em favor de uma conceitualização expandida do lugar da narrativa em nosso trabalho ao sugerir que prestemos maior atenção à análise textual e, em especial, ao poder da intertextualidade como uma estratégia metodológica.

Faço isso traçando um caminho epistemológico através de determinadas correntes teóricas que influenciam o ainda emergente campo dos estudos culturais críticos e servem como base para práticas metodológicas que divergem de abordagens mais tradicionais. Nesse processo, adoto um caminho tortuoso: introduzo o projeto sobre o Everest como um estudo em análise textual; forneço um breve panorama dos fundamentos teóricos para análises textuais e intertextuais, com referência especial ao pós-estruturalismo e ao pós-modernismo; ofereço alguns exemplos dos modos como essas estratégias metodológicas podem ser empregadas no estudo do passado; e para concluir, retorno ao Everest para demonstrar como a intertextualidade, como uma estratégia metodológica derivada da análise textual, pode ser invocada para fornecer novas visões do significado cultural do monte Everest.

O monte Everest como texto

Originalmente, me aproximei do monte Everest não como uma historiadora, mas seguindo um caminho partindo da sociologia do esporte, através dos estudos culturais. Adotar

³ A tipologia apresentada por Booth (2005) segue a de Alan Munslow (1997).

o monte Everest como objeto de estudo significou reconhecer não apenas a necessidade de me aventurar através de várias fronteiras disciplinares – sociologia, história, geografia, antropologia e estudos literários, por exemplo –, mas também o forte compromisso em descobrir novos olhares que as abordagens interdisciplinares oferecem. Meu projeto não é uma história da exploração do Everest ou a comemoração dos feitos de homens heroicos no pico mais alto do mundo, mas uma análise crítica do uso do Everest como um símbolo cultural através do século passado.

Ao fornecer uma análise crítica dos sentidos que circundam o monte Everest, dimensiono-o como um texto e me centro nas narrativas e representações proporcionadas principalmente pela imprensa popular. Materiais históricos recolhidos para análise incluem relatos em jornais e revistas contemporâneos, periódicos de montanhismo, relatos e filmes de expedições, biografias e autobiografias de escaladores, fotografias, alguma correspondência particular e comentários públicos.⁴ Fontes atuais incluem artigos de jornais e revistas; websites; cobertura televisiva incluindo novas histórias, atrações de programas jornalísticos semanais, documentários, e filmes feitos para a televisão; filmes IMAX; livros infantis; e observações em eventos em Londres e nos EUA que festejaram o 50º aniversário da primeira chegada ao cume do Everest. Me fundamento intensamente em métodos e teorias derivados dos estudos de mídia, mais apropriadamente de teorias pós-estruturalistas de discurso, as quais abordam as intrincadas relações entre sentido e poder. Uma área crescente de estudo que examina criticamente os sentidos de exploração e aventura também fornece um contexto substantivo.⁵

⁴ Foram consultados os arquivos da Coleção Blakeney na Biblioteca Nacional britânica em Londres; a sala da Índia e Índia Ocidental na Biblioteca Nacional britânica em Londres; a hemeroteca da Biblioteca Nacional britânica em Colindale; e a coleção de recortes na biblioteca do Clube Alpino em Londres. Alguns materiais de outros arquivos foram acessados pela internet, incluindo a coleção das expedições do Everest na Royal Geographical Society de Londres e o fundo Mallory do arquivo da Magdalene College, da Universidade de Cambridge. Ainda que parte do material acessado seja composto de documentos privados, meu foco principal foi nos relatos públicos que alcançaram maior circulação.

⁵ Para uma análise crítica sobre o Everest, ver Gordon Stewart (1980, 1995) e Peter Hansen (2000, 2001). Sobre montanhismo, ver Peter Donnelly (1995, 2004), Reuben Ellis (2001), Peter Bayers (2003) e Robert

Meu trabalho sobre o Everest examina os significados culturais conferidos ao monte Everest em relatos contemporâneos e passados, com atenção especial a três eventos em especial: as primeiras expedições britânicas da década de 1920, quando George Mallory e Andrew Irvine desapareceram ao se dirigirem ao cume; a primeira conquista do cume em 1953 por Edmund Hillary e Tenzig Norgay; e o trágico evento de 1996, quando oito escaladores morreram durante uma nevasca, próximos ao cume (BIRRELL, 1997, 1999, 2002, 2003). Através de cada um desses eventos, analiso os meios pelos quais o Everest foi apropriado para carregar mensagens ideológicas que valorizam determinados olhares e valores, ao mesmo tempo em que descartam ou diminuem outros. Também argumento que o Everest é um símbolo internacional perene, cujos sentidos míticos de desafio, conquista, heroísmo e aventura se constituem em uma leitura dominante e preferencial que tem sido altamente naturalizada e que é raramente olhada de forma crítica.

No entanto, além da sedução de aventura e conquista, a história do monte Everest é repleta de privilégios. O cume pode ser visto como a sede de um dos mais exclusivos clubes do mundo. Ao se olhar mais atentamente ao perfil daqueles cujas explorações no Everest formam a maior parte dos seus épicos e, mais ainda, o modo como essas histórias são apresentadas, é possível ver histórias de nacionalismo declarado, privilégio de classe não reconhecido, diferenças étnicas naturalizadas que prestativamente fornecem uma raça de carregadores cujo trabalho possibilita que escaladores brancos cheguem às alturas, e a maior reserva masculina no planeta. Algumas dessas tensões são facilmente percebidas por qualquer um que pense criticamente sobre elas; outras estão mais cautelosamente escondidas. Por exemplo, a leitura cuidadosa das histórias do Everest revela claras linhas de privilégios étnicos, nacionais, de classe e de gênero que são mobilizadas de formas distintas em épocas diferentes.

Macfarlane (2003). Sobre exploração e aventura de forma mais geral, ver Lisa Bloom (1993), Catherine Lutz e Jane Collins (1993), Beau Riffenburgh (1994) e Richard Phillips (1997).

Minha atração pelo Everest como um tema de significância acadêmica foi motivado inicialmente pelo grande interesse público nos eventos de 1996, quando uma tempestade repentina próxima ao cume deixou oito escaladores mortos. Essa tragédia do montanhismo trouxe uma atenção popular enorme ao monte Everest e ao montanhismo, e redespertou na população em geral uma conscientização sobre o Everest que estava dormente desde 1953, quando Hillary e Tenzig chegaram ao cume pela primeira vez. Naquela época, a tragédia de 1996 era um evento contemporâneo: um terreno apropriado para uma estudiosa em Estudos Culturais baseada em sociologia. Mas, é evidente, os eventos de 1996 não são eventos isolados, sendo inseparáveis das narrativas do passado – do triunfo de 1953 e das escaladas britânicas da década de 1920 – e, como a análise subsequente revelou, de eventos futuros também – a descoberta do corpo de George Mallory em 1999 e os eventos de 2003 que compunham as bodas de ouro da primeira chegada ao cume do Everest. Evidentemente, as três histórias originalmente selecionadas para análise⁶ não são histórias discretas, cujos significados estão limitados aos relatos contemporâneos que buscaram dar sentido cultural a elas. Mais do que isso, as histórias estão unidas por relações intertextuais nas quais o sentido de cada uma está integralmente ligado às outras, de modo que uma celebra outra, é desfeita por outra, recupera outra.

O foco na intertextualidade revela as inter-relações e interdependências da criação de sentidos entre textos. No caso das narrativas sobre o Everest, a força analítica da intertextualidade me permitiu ver que um tema de redenção era operado em todas as histórias

⁶ É evidente que as tradições do Everest não estão restritas às três histórias que escolhi explicar. Afinal, mais de 2.200 pessoas já chegaram ao cume (até 2004) e qualquer uma delas pode escrever uma história convincente. Outros poderiam escolher a primeira vez em que se completou, em 1985, o desafio agora conhecido como os sete cumes, no qual um escalador chega ao cume mais alto em cada continente, normalmente culminando com o Everest. Uma vez que esses desafios são em geral realizados com o apoio de um guia de escalada, eles são vistos como manifestações da comercialização da escalada, e muitos veem o advento dos sete cumes como o marcador de uma mudança infeliz na motivação dos escaladores e na cultura da escalada. No outro extremo, a escalada solitária de Reinhold Messner no Everest em 1980, realizada sem oxigênio, é vista por muitos como o feito mais extraordinário do montanhismo de todos os tempos. Apesar de serem momentos significativos, acredito que eles não se aproximam dos três abordados nesta análise em termos de significância cultural.

do Everest que examinei. Ainda que utilizados de forma diferente em narrativas distintas – de forma proeminente nos eventos da década de 1920 e em 1953 e de forma muito mais sutil nas narrativas de 1996 em diante –, o tema de redenção é uma chave para desvendar os sentidos culturais que o Everest incorpora. Como escolha metodológica, a intertextualidade é baseada em uma série de suposições: que o passado não está estabelecido; que as narrativas construídas para captar o passado são sempre parciais, sempre próprias, sempre investidas de interesses especiais; que as narrativas de uma época perpassam seus significados para eventos de outra; e que épocas diferentes fazem usos diferenciados das histórias do passado.⁷ Nas seções a seguir, traço a herança intelectual dessa conceitualização metodológica através das vertentes de teoria que compõem o projeto interdisciplinar dos estudos culturais, com atenção especial às noções de textual, narrativa e de análise de discurso.

Abordando o monte Everest: a rota através dos Estudos Culturais

Em qualquer empreendimento acadêmico, assim como em qualquer expedição de montanhismo, uma chegada bem sucedida depende muito do local de largada e da rota de abordagem. Nesta seção eu retraço a rota que trilhei através de uma variedade de territórios teóricos e metodológicos, ao buscar o ponto de entrada mais apropriado para compreender os significados e a significância cultural do monte Everest. Vistos em conjunto, eles compõem as abordagens interdisciplinares que caracterizam os estudos culturais críticos nessa época em particular.

Assim como muitos no campo da sociologia do esporte, me tornei cada vez mais desencantada com as escolhas metodológicas e teóricas que dominam o campo da sociologia. Muitas vezes tenho a impressão de que os estudos culturais precisaram ser inventados pelo fato

⁷ Tenho grande débito com Daniel Nathan (2003) por ter chamado minha atenção para essa abordagem da análise histórica. Seu livro é um exemplo consistente da proeminência desse método.

de que a sociologia perdera muito de sua imaginação sociológica – para evocar a famosa frase de C. Wright Mills (1959) – e toda sua vanguarda crítica. Abordamos nossos trabalhos como estudiosos a partir de muitas rotas disciplinares diferentes. Assim, acredito que muitos de nós estão indo ao encontro uns dos outros de formas muito produtivas, e os estudos culturais críticos podem vir a ser um oportuno local de encontro.

Os estudos culturais críticos são interdisciplinares em sua concepção. São tecidos com fios teóricos da vanguarda crítica de muitas disciplinas: o interacionismo simbólico e a etnometodologia, da sociologia; a etnografia crítica, com suas visões de verdade parcial, gêneros turvos e desafios a autoridade etnográfica, da antropologia; a análise semiótica, levando ao pós-estruturalismo e à desconstrução, da literatura; a teoria de relações espaciais, da geografia cultural; os momentos desconstrutivista e pós-moderno, da história; e, é claro, o núcleo crítico dos empreendimentos interdisciplinares centrais aos estudos culturais: os feminismos, o marxismo e teorias materialistas, a teoria racial crítica, e a teoria *queer*.

Interrogando o poder nos Estudos Culturais Críticos

A abordagem crítica por trás dos estudos culturais requer o questionamento das relações de poder que estruturam e reprimem nossas experiências cotidianas tanto no nível simbólico como no material. Para lidar com tais questões, podemos explorar as formas como o poder sempre se encontra estruturado junto a linhas reconhecíveis de distribuição e demonstração: gênero, classe, raça/etnicidade, nacionalidade, sexualidade, religião, idade, habilidade/incapacidade. Talvez não fique evidente à primeira vista que o Everest, por exemplo, seja emaranhado a tantas linhas de poder, mas as narrativas do Everest estão inseridas em uma complexa rede de relações de poder. Quatro linhas em particular são cosidas ao longo das histórias – nacionalidade, classe, etnicidade e gênero.

Nação e classe são reveladas no inconfundível interesse proprietário de cavalheiros britânicos de classe alta no empreendimento do Everest britânico. Agindo no que entendiam ser o interesse nacional, eles acabavam por reproduzir seu próprio interesse de classe através da exclusão de mulheres, do rebaixamento dos sherpas e da seleção de escaladores quase que uniformemente das mesmas *public schools* de classe média alta e das mesmas classes profissionais que eles próprios.

Nacionalidade e etnicidade estão claramente enunciadas também no tratamento dos sherpas. De forma visível nos anos 1920 e em 1953, e de forma mais sutil em 1996, padrões de privilégio étnico seguem linhas previsíveis. O tratamento dado aos sherpas melhorou muito em comparação ao período inicial, quando eram considerados “*collies*”⁸ pelos ingleses, contratados como pouco mais do que animais de carga, sendo geralmente ignorados ou bestializados nos relatos de montanhismo. O reconhecimento de sua habilidade de escalada resultou em uma evolução de seu papel e na reconfiguração do termo sherpa. O nome originalmente designava um grupo étnico em particular que vivia na região de Solukhumbu, abaixo das encostas do Everest. Mas quando os sherpas se juntaram ao mercado de trabalho em Darjeeling, buscando emprego nas expedições de montanhismo, se distinguiram por suas habilidades em grande altitude. Em pouco tempo, o termo sherpa passou a ser utilizado para designar qualquer um com essas habilidades, e “sherpa” passou de uma categoria étnica para uma categoria de trabalho.⁹ Já nas escaladas de 1996, os sherpas eram reconhecidos, nominalmente, como iguais, parceiros de escalada, mas a maior posição que conseguiam chegar era geralmente limitada a de *sirdar*, ou líder dos outros escaladores sherpas em uma expedição.

⁸ Coolie é um termo utilizado para designar trabalhadores braçais oriundos da Ásia durante o século XIX e início do século XX. Hoje em dia é usado como um termo pejorativo ou uma ofensa a pessoas de descendência oriental em países de língua inglesa (N. do T.).

⁹ Para uma excelente análise do papel dos sherpas na cultura das escaladas do monte Everest, ver Sherry B. Ortner (1999).

As mulheres aparecem agora mais frequentemente nas narrativas do Everest, depois de sua virtual exclusão anteriormente a 1960, mas a forma como figuram nas narrativas é muito reveladora. Quatro mulheres estavam na fatídica escalada de 1996; todas chegaram ao cume e uma, Yasuko Namba, morreu na tempestade. Mas foi Sandy Hill Pittman, inevitavelmente descrita como “a *socialite* Sandy Hill Pittman” que recebeu maior atenção. Sua habilidade nas escaladas era severamente difamada e suas exigências – uma antena parabólica e uma máquina de café expresso foram levadas a montanha por carregadores – eram lidas como privilégios de classe excessivos e de mau gosto. Com a exceção de seu gênero, no entanto, seu perfil é muito similar ao de Beck Weathers, o escalador que milagrosamente voltou da morte e sobreviveu à tempestade. Ambos eram ricos clientes de escaladas que buscavam completar a conquista dos sete cumes, e ambos foram rotulados como turistas em muitos relatos. As dramáticas circunstâncias de sua sobrevivência permite que Weathers transcenda o desdenho imposto a ele como um rico turista do Everest. Mas a leitura das narrativas da escalada revela que muitas das críticas destinadas a Pittman tinham motivações de gênero – talvez uma evidência de que o privilégio de gênero de Weathers tenha prevalecido sobre as questões de classe.

Nenhum aspecto de vida cultural está alheio a tais dinâmicas de poder. Nossas explorações em busca das mesmas devem ser guiadas por sensibilidades teóricas e sólidas escolhas metodológicas, e tais decisões são sempre feitas dentro do contexto do momento em que se inserem. Atualmente, o momento histórico é referenciado através do debate sobre pós-modernismo, e as teorias dos pós-modernos estão exercendo grande influência sobre os estudiosos de diversas disciplinas e de campos interdisciplinares. Ainda que sejam desconfortáveis para muitos, o pós-modernismo e as relativas práticas teóricas do pós-estruturalismo requerem a cuidadosa atenção de estudiosos, especialmente daqueles cujos projetos de pesquisa estão focados em descortinar as profundezas dos significados culturais que

são produzidos, reproduzidos e distribuídos entre os sujeitos da história e os historiadores que tentam capturar tais momentos.

O pós-estruturalismo e a condição pós-moderna

Vivemos em uma era pós-moderna, em condições de vida de um mundo pós-industrial do século XXI marcadas por confusão e contradição e por profundos desafios a crenças queridas, que rompem com nossos pressupostos ontológicos sobre a verdade, a linguagem e o indivíduo. Quem realmente deseja viver em tal mundo, no qual somos informados de que a verdade não é acessível, de que a realidade mais do que fugir à linguagem, é constituída por ela, e de que nós mesmos não nos pertencemos – mas somos sujeitos do discurso? O pós-modernismo é desconcertante, mas ele tem muito a nos oferecer como estudiosos para ser descartado sem um exame mais atento.

Parte de nosso desconforto com isso é o desconforto com a mudança de paradigma, mas novos paradigmas raramente erradicam o paradigma que desafiam. Ao invés disso, um processo dialético resulta em tradições dominantes, emergentes e residuais. Quando o pós-modernismo chega à cidade, ele não demole todas as construções e constrói algo inteiramente novo. Ele se acomoda aqui e ali, passa a residir em bairros diferentes onde sua nova arquitetura aparece, muitas vezes desconfortavelmente, ao lado dos edifícios que lá já se encontravam. Não precisamos abandonar nossos lares disciplinares por completo, mas devemos nos aventurar de vez em quando para ver o que nossos vizinhos estão fazendo. O pós-modernismo nos encoraja a viajar, a explorar novas posições ontológicas e epistemológicas e novas abordagens a teorias e métodos. Sob sua luz, a interdisciplinaridade pode ser vista como uma resposta em particular para a compreensão da condição pós-moderna, na qual os rígidos limites das fronteiras disciplinares são expostos e atravessados.

O contexto teórico para esse trabalho metodológico é o pós-estruturalismo.¹⁰ Sob minha perspectiva, o pós-estruturalismo proporciona um conjunto de bases ontológicas e epistemológicas mais precisas do que o pós-modernismo. Vejo teoria mais acessível no pós-estruturalismo do que no pós-modernismo, evoluindo, como foi o seu caso, das teorias literárias do estruturalismo e da semiótica e já desenhado para um objeto de estudo em particular: representações, narrativas e textos. O pós-estruturalismo teoriza o sentido ao proporcionar “uma teoria das relações entre linguagem, subjetividade, organização social e poder” (WEEDON, 1987, p. 12). Ao fazê-lo, o pós-estruturalismo faz o importante movimento de reconhecer a relação semiótica entre o significante e o significado como arbitrária. Assim, o sentido não reside no objeto em si, mas é um produto do trabalho cultural, que se encontra no domínio das relações de poder. Mais importante ainda, segundo Barthes, o pós-estruturalismo vai além das concepções estruturalistas do texto como local de sentidos determinados, para questionar a produção e o consumo desses textos (EAGLETON, 1983, p. 138). Como resultado, o pós-estruturalismo está em condição de proporcionar análises críticas, isto é, análises que tenham como aspecto central o questionamento das complexas relações de poder que constituem a vida social.

A conceitualização pós-estruturalista de sentido e de produção de sentido, ainda que sem esse foco explícito no poder, compartilha as suposições da teoria sociológica do interacionismo simbólico, na qual o acesso ao que Peter Berger e Thomas Luckmann (1996) chamaram de “construção social da realidade” é produzido através de interações nas quais diferentes atores negociam sentidos. W. I. Thomas (1923) chamou esse processo fundamental de “definição de situação”. A posição ontológica vem de Thomas – “se os homens definem situações como reais, elas são reais em suas consequências” (THOMAS e THOMAS, 1928, p.

¹⁰ Entre os guias para a compreensão do pós-estruturalismo e do pós-modernismo, ver Chris Weedon (1987), Madan Sarap (1989), David Morley (1996) e Terry Eagleton (1983).

571-572) – e Herbert Blumer fornece a base epistemológica. Ao argumentar que “agimos em relação a coisas com base nos significados que elas têm para nós”, Blumer (1969, p. 2) legitima um foco em ações como o ponto de entrada para a compreensão de intenção, motivação e valor.

A tradição sociológica de Emile Durkheim adiciona outra direção teórica para essa abordagem ao se centrar na forma como os significados, a narrativa e os textos trabalham em contextos culturais para solidificar a comunidade.¹¹ A partir dessa perspectiva, as narrativas funcionam como rituais, nos conectando como sujeitos culturais a uma comunidade maior, ao encapsular importantes valores culturais em um objeto mediador: em evento, um herói, um lugar, o acendimento da tocha olímpica, o *Super Bowl*, a saudação *Black Power*, Billie Jean King, Michael Jordan (BIRRELL, 1981). Ao venerar o objeto ritual, celebramos, honramos e afirmamos os valores que carregam. Assim, as narrativas do Everest e a montanha que referenciam podem ser conceitualizadas como parte de um processo ritual através do qual a comunidade é forjada. Ao lermos contos heroicos de coragem, sofrimento, privação e perseverança ligados ao Everest, prestamos homenagem direta aos exploradores e escaladores da montanha. Ao fazermos isso, também afirmamos os valores que representam: tanto os valores expostos que formam as mensagens dominantes da literatura montanhista – a nobreza do heroísmo, da bravura e do sofrimento – como os valores mais profundamente escondidos das narrativas – a consolidação de privilégios de classe, a exclusividade do gênero, a naturalização das diferenças étnicas. À medida que essas histórias ligam o leitor ao Everest, os valores que ele representa são reafirmados e reproduzidos. E à medida que o processo funciona sem nosso conhecimento ou consentimento consciente, o processo efetua um trabalho ideológico.

¹¹ Emile Durkheim é geralmente categorizado mais como um teórico dos “fatos sociais” do que um “definicionista social” – ver Geroge Ritzer (1975) –, mas em *The Elementary Forms of the Religious Life* (1915) ele claramente é um pioneiro dos princípios definicionistas, isto é, do interacionismo simbólico. Ver Susan Birrell (1981).

Essa mudança para a ideologia fornece uma ponte crucial de volta para os estudos culturais, uma vez que ela explicitamente coloca o poder na equação teórica. A análise pós-estruturalista oferece um grande potencial para a análise crítica porque reconhece que as negociações de sentido são sempre sobrepostas por relações de poder, que sentidos não são tão negociados quanto contestados, e que sendo os atores localizados diferenciadamente junto à disposição de poder em questão, algumas “contribuições” para a negociação são mais iguais do que outras. O sentido não é, dessa forma, o resultado de uma luta justa, mas o de uma articulação de interesses investidos, disfarçados de bem comum. As práticas metodológicas que nos fornecem acesso a este processo de produção, confirmação e distribuição de sentido nos oferecem novos modos de entender o passado.¹²

Texto, narrativa, discurso

Essas correntes teóricas fornecem uma base sólida para estratégias metodológicas que situam o processo interpretativo dentro da província de posições analíticas conhecidas como análise textual, análise narrativa e análise de discurso. Trazer à tona as diferenças entre esses termos importantes é uma tarefa intimidadora, que se torna um desafio ainda maior visto que os termos possuem significados diferentes em contextos disciplinares distintos e nas mãos de diferentes estudiosos, uma condição a que J. Hillis Miller (1995, p. 68) se referiu como “esse enxame variado de teorias narrativas”. Todos os três termos se referem a lugares de poder linguístico, e todos compartilham da mesma posição epistemológica: de que a linguagem não apenas reflete a realidade, mas ela a constitui.¹³

¹² Ainda que não mencione explicitamente o pós-estruturalismo em sua discussão provocativa sobre as práticas metodológicas da história, Keith Jenkins apresenta um argumento similar. Ver Keith Jenkins (1991), especialmente as páginas 17-18 e 71.

¹³ Muitos estudiosos rejeitam a versão extrema dessa premissa: a de que então nada existe fora do texto – um tipo de reducionismo discursivo a que Bryan Palmer (1990) se referiu como “decaída para o discurso”. Acredito que a posição mais produtiva seja afirmar que uma vez que não podemos acessar o passado diretamente (ou a verdade, ou a realidade), devemos privilegiar o que podemos acessar – as narrativas

Para mim, as distinções que mais fazem sentido entre os três termos estão na extensão do foco ao qual os mesmos se referem: a análise textual tem início com objetos particulares construídos, em geral metaforicamente, como textos; a análise narrativa está focada em práticas linguísticas de alcance intermediário que edificam sentidos ao longo de uma trajetória de ação; e a análise de discurso tem o mais amplo alcance e, de acordo com Michel Foucault,¹⁴ liga sujeitos a redes de poder em grande escala. Mas ainda que eu as discuta como se fossem iniciativas analíticas distintas, é mais provável que estudiosos que trabalham com esse campo teórico utilizem a análise linguística em seus três níveis em um determinado estudo. Na prática, como na teoria, textos e narrativas constituem e são constituídos por discursos, e discursos fornecem o contexto mais amplo de relações de poder em que textos e narrativas podem ser lidos.

A análise textual é uma análise linguística que engloba tanto um objeto em particular com o uma prática metodológica específica. Desse modo, a análise textual pode ser vista como tendo base em um conjunto duplo de textos: o objeto construído metaforicamente como texto (o monte Everest, por exemplo), de modo a que possa ser lido utilizando-se métodos de análise literários, e as fontes textuais que formam o material para a maior parte das análises históricas (artigos de jornais sobre escaladas, relatos de expedições escritos por membros da equipe de escaladores, correspondência privada etc.). Assim, a análise textual examina tanto os textos literais a que estamos familiarizados como evidência histórica como os textos mais metaforicamente e heurísticamente definidos. Exemplos dessa abordagem, por vezes definida como “leitura”, podem ser encontrados em diversas antologias recentes de estudos culturais¹⁵ e

utilizadas para construir o passado. Essa posição possui valor pragmático que esse ensaio procura demonstrar.

¹⁴ A afirmação clássica se encontra em Michel Foucault (1972). Para debates sobre aplicações junto ao esporte, ver David Andrews (1993, 2000).

¹⁵ Keith Jenkins (1991) também utiliza essa metáfora em sua discussão sobre fontes e interpretações dentro da história. Para um debate mais detalhado sobre essa metodologia e sua aplicação nos estudos do esporte, ver Mary McDonald e Susan Birrell (1999). Para duas antologias compostas por trabalhos representativos

nas páginas do *Journal of Sport and Social Issues*.

O método para se ler esses textos criticamente implica em se identificar um incidente ou um ator específico como um local para a exploração das relações de poder específicas que articulam. Dessa forma, como Mary McDonald e eu afirmamos:

Aquilo que fora considerado como indivíduos, celebridades, ou até mesmo heróis [ou eventos] se tornou repositório para narrativas políticas, e o nosso trabalho como críticos culturais não é buscar os fatos de suas vidas, mas buscar as formas em que esses “fatos” são construídos, armados, destacados, obscurecidos e esquecidos. Tal estratégia analítica desloca a noção de acesso privilegiado à “verdade”, realocando-a (...) em uma inter-relação complexa entre o produtor do texto e o leitor do texto, ao invés de no texto em si (MCDONALD e BIRRELL, 1999, p. 292).

A análise textual é uma busca por significados – dominantes, preferidos, resistentes – que se aglutinam em torno de um objeto específico de interesse, e deve ser vista como um meio de acesso ao processo dinâmico e contínuo de produção de sentido que coloca o referido texto dentro de uma relação de produção e consumo, sempre associado aos lugares sociais e culturais específicos nos quais está localizado. Os dois excelentes livros de Michael Oriard, *Reading Football* (1993) e *King Football* (2001), oferecem ótimos exemplos deste processo na história do esporte.

O termo “narrativa” implica em uma busca por conexão e unidade, e fornece um maior senso de organização e plenitude do que um objeto textual por si próprio. A análise narrativa, da forma como eu utilizo o termo, é uma prática linguística que examina textos – tanto materiais como metafóricos – dentro da estrutura de uma sequência temporal de eventos que ganham sentido, em parte, através da própria sequência. Relatos estruturados em textos específicos quase sempre assumem a forma de narrativa, e as relações de poder reveladas pela trajetória da narrativa são mais produtivamente analisadas em termos de sua participação nos

dessa corrente teórica, ver Susan Birrell e Mary McDonald (2000) e David L. Andrews e Steven J. Jackson (2001). Outros exemplos que examinam um objeto em particular, em geral sob diversos pontos de vista, incluem os trabalhos de Nick Trujillo (1994), Toni Morrison e Claudia Brodsky Lacour (1997) e David Andrews (2001).

discursos mais amplos que reconstituem essas relações. A análise de Tina Parratt sobre o *Haxey Hood*¹⁶ fornece um ótimo exemplo junto à história do esporte, onde o texto – o *Haxey Hood* – é localizado em narrativas de lugar, comunidade e sacrifício, que são ligados a discursos de gênero, idade, tradição e nação (PARRATT, 2000, 2005).

A análise do discurso provê um contexto crítico mais amplo para o entendimento dos sentidos e significados culturais de textos dentro das relações de poder constituídas. Essa é uma estratégia analítica a qual Larry Grossberg (1997) chama de “radicalização conceitual”, e Stuart Hall (1986) se refere como “articulação”.¹⁷ Os textos, eles argumentam, devem ser sempre lidos com referência a seus contextos históricos e culturais. Ainda que essas instruções não precisem ser repetidas para historiadores, elas são muito frequentemente novas para aqueles treinados em escolas sociológicas mais tradicionais, ou mesmo para alguns nos estudos culturais, como nos lembra Graeme Turner (2002). Estudiosos críticos devem explorar as ressonâncias entre as narrativas e as forças discursivas que as constroem. Por exemplo, em *The Eternally Wounded Woman*, Patricia Vertinsky (1994) utiliza discursos médicos como a estrutura de seu estudo do corpo feminino no século XIX, e Susan Cahn (2005) emprega o discurso de gênero e sexualidade ao explorar o envolvimento de mulheres com o esporte, em *Coming Strong*.

Apesar desses exemplos, enquanto as formas de análise textual descritas acima se tornam cada vez mais populares nos estudos culturais, o ceticismo ainda é abundante na história do esporte, se os debates durante o encontro da NASSH de 2006 puderem ser usados como indicação. Profundas diferenças epistemológicas, metodológicas e teóricas existem entre essa abordagem do estudo do passado e métodos históricos mais familiares. Ainda que as formas de análise que advogo estejam mais confortavelmente localizadas na mudança de

¹⁶ O *Haxey Hood* é um jogo tradicional da vila de Haxey, na Inglaterra, onde grupos de homens disputam um tubo de couro. Segundo a tradição, o jogo é disputado anualmente (em 6 de janeiro) desde o século XIV (N. do T.).

¹⁷ Ver também a discussão de David Andrews (2002).

paradigma teórico para a análise pós-modernista e pós-estruturalista, alguns aspectos de nosso trabalho de estudar o passado continuam os mesmos. Nossos métodos de coletar evidências, por exemplo, permanecem os mesmos; a diferença em nossa abordagem analítica reside no modo como conceitualizamos e analisamos o que encontramos.

Utilizar a análise textual não significa abandonar totalmente metodologias de história ou lugares mais familiares. Um estudioso cuidadoso ainda deve gastar semanas na biblioteca do Clube Alpino em Londres, ou na sala de leitura oriental e do Indian Office na Biblioteca Nacional britânica, ou entre os arquivos de jornais na extensão da Biblioteca Nacional britânica em Colindale. Ainda precisamos acessar livros grandes e raros de empréstimos entre bibliotecas e nos isolar com pilhas de livros sobre expedições e biografias de montanhistas e autobiografias. Como poderíamos *não* fazer esse trabalho fundamental? Mas quando finalmente emergimos de nossos empoeirados arquivos, precisamos examinar exatamente aquilo que coletamos. Que tipos de evidência teremos descoberto?

As análises textual, narrativa e de discurso são as principais metodologias advogadas por aqueles que procuram interpretar os significados do passado reconceitualizando como *representações* aqueles relatos do passado que os historiadores mais tradicionalmente consideram como fontes ou dados. É claro que os relatos históricos são quase sempre problematizados, uma vez que os historiadores não consideram as palavras de seus objetos literalmente. Sendo cética quanto à possibilidade de se acessar a realidade diretamente, argumento que os textos – ou “traços textuais”, nas palavras de Parratt (1995, p. 5) – são os únicos materiais de que dispomos e assim devem se constituir nos “dados” sobre os quais geramos explicações e conclusões. Devido ao fato de que os textos em si, e não os eventos, compõem o objeto de investigação, o acúmulo do maior número de fontes textuais possível é essencial para essa forma de análise. É imperativo que se seja exaustivo, e não seletivo, no recolhimento de material e que se empenhe em coletar e analisar todas as reportagens de

jornais, artigos de revistas, biografias e autobiografias de jogadores chave, e relatos retrospectivos que possam ser identificados. Em grande medida, o impacto de determinados eventos pode ser avaliado pelo número e pelo tamanho das fontes que o cobrem e a duração do período que o evento permanece em exibição pública e na grande mídia.

O foco na textualidade leva esse processo um passo adiante, ao conceitualizar relatos como narrativas e questionar por que determinadas narrativas foram construídas, quais interesses foram servidos pela narrativa, e que tipo de trabalho cultural a narrativa tinha o objetivo de realizar. Essa reconceitualização do propósito da narrativa na história está no cerne dos ensaios no livro de Lynn Hunt (1989), *New Cultural History*, e é levado mais adiante na esplêndida análise de Judith Walkowitz (1992) sobre a força das “narrativas de perigo sexual” nas vidas das mulheres na Londres do final do século XIX.

Talvez essa abordagem possa nos deixar mais confortáveis se reconhecermos que não estamos revelando a verdade ou escavando fatos, mas estamos desvelando *interesses*: que interesses são servidos pelas narrativas sendo representadas nessa forma em particular? Quem se beneficia? Os interesses de quem são consolidados? Essa é uma tarefa árdua visto que interesses investidos não estão prestativamente evidenciados. Na verdade, eles estão geralmente cuidadosamente escondidos e, é claro, nem todos esses “interesses” construídos são o resultado de ações propositais ou calculadas. Assim, podemos tratar nossas fontes não como dados, mas como narrativas, e podemos interrogá-las enquanto tais. E podemos supor que a narrativa nos relata tanto sobre o narrador e sua época quanto sobre o evento em si.

Essa abordagem requer que o estudioso, como leitor crítico, identifique quais eventos são destacados, quais personagens são postos como centrais na narrativa, como são caracterizados, o porquê de um determinado detalhe, de uma nuance, da escolha de uma interpretação, e do que passou despercebido, negligenciado, subvertido ou propositalmente esquecido. Precisamos procurar por ausências e oferecer conjecturas cuidadosas sobre as vozes

perdidas. Por exemplo, quando se possui uma vasta literatura sobre eventos que incluem tanto brancos ocidentais quanto nativos que trabalham como seus carregadores, uma relação que a antropóloga Sherry Ortner (1999) denomina de relação sherpa/sahib, e quando essa literatura é quase sempre escrita pelos sahibs, seria uma negligência imperdoável não se questionar sobre e não se procurar pelos relatos dessas outras vozes – pedir para que os subalternos falem, como Gayitrai Spivak (1988) diria. Ou quando outro grupo historicamente desprivilegiado, as mulheres, por exemplo, se encontra altamente ausente de um determinado local, deve-se ponderar se a quase exclusividade masculina da situação produz um diferente conjunto de sensibilidades, reflete determinados valores, produz narrativas parciais. É preciso se indagar “o que uma mulher acharia de tudo isso?”. Seria uma irresponsabilidade intelectual não o fazer. Ao alocar as narrativas e suas ausências dentro das amarras discursivas que as articulam ou silenciam, estamos em uma melhor posição para teorizar sobre os significados e interesses culturais que determinados lugares de poder engendram e mobilizam.

A intertextualidade como uma estratégia analítica

A intertextualidade como uma estratégia analítica cresce a partir dos tipos de análises narrativas e discursivas desenvolvidas por estudiosos críticos que trabalham dentro e entre uma variedade de disciplinas e práticas acadêmicas discutidas acima. Ela funciona bem como uma estratégia analítica porque oferece uma expansão dos contextos junto aos quais podemos interpretar as representações textuais e narrativas que formam o objeto e as fontes de nosso trabalho.

A intertextualidade faz referência às inter-relações e interdependências dos significados culturais ao passo que circulam entre e estão articulados com outros textos. Derivada de teorias literárias pós-estruturalistas, a intertextualidade afirma que todos os textos estão interconectados e que qualquer texto deriva seus significados dos significados que aderem a ele

dos prévios encontros de seus leitores com outros textos.¹⁸ Keith Jenkins (1991, p. 66) se refere a isso como “a contingência absoluta de todas as leituras”. Citando Robert Berkhofer, Doug Booth (2005, p. 186) aponta que a pesquisa histórica é ela própria baseada na intertextualidade: “os historiadores invariavelmente começam suas explorações sobre o passado com as interpretações proferidas por outros praticantes; neste sentido, eles encaram o passado em termos de como ele é definido pela disciplina”.¹⁹ No entanto, as intertextualidades que estou mais interessada aqui se referem às ligações entre os textos, aqueles relatos que utilizamos para tirar nossas próprias interpretações sobre os significados dos eventos que estamos estudando.

Reconhecer a intertextualidade como um aspecto significativo da análise cultural significa endossar a noção epistemológica de que sabemos das coisas a partir de nosso conhecimento sobre outras coisas – de que todos os significados estão ligados –, e de que localizar nossas leituras de determinados textos dentro da conjuntura dos textos que ajudam formar seu contexto interpretativo é um trabalho acadêmico conveniente. Aplicada ao contexto de pesquisa histórica, encarar a intertextualidade a sério como uma estratégia analítica faz mais do que garantir o estabelecimento de determinado contexto histórico a um evento específico: ela une eventos históricos aparentemente separados dentro de uma estrutura teórica compreensível.

A estratégia demanda um processo comparativo, explorando várias versões da mesma narrativa fornecidas por diferentes participantes de um evento ou, ainda mais provocativamente, em suas variações ao longo do tempo. Este método comparativo não é novo para a história: todos os estudiosos cautelosos pesam a verossimilhança relativa de relatos cruzando-os entre si. No entanto, assim como com a análise textual em geral, a análise

¹⁸ Como pode ser imaginado, a frustração com o caráter elusivo do texto generativo no qual a intertextualidade pode ser embasada levanta o mesmo tipo de críticas direcionadas ao privilégio ontológico dado a textos dentro das teorias pós-estruturalistas de textualidade. Os críticos veem a intertextualidade como um ciclo sem fim de referências entre textos, sem nenhum embasamento em uma realidade material.

¹⁹ A referência feita é a Robert Berkhofer (1995). Keith Jenkins (1991) levanta a mesma questão.

intertextual se diferencia desta prática historiográfica padrão em sua busca por revelar propósitos autorais e em sua conceitualização do tipo de evidência que consideram que estas fontes fornecem.

Dan Nathan (2003) oferece um ótimo exemplo deste processo em *Saying It's So*, sua investigação sobre o escândalo dos Black Sox. Baseando-se em uma variedade de fontes, incluindo relatos de jornais, entrevistas, biografias, romances e peças teatrais, assim como em relatos de outros historiadores, Nathan traça as mudanças de significado relacionadas ao escândalo. Como ele argumenta em sua introdução, seu propósito não era desvendar o relato mais autêntico do evento, mas as condições e intenções de sua produção: “a ‘precisão’ ou ‘verdade’ histórica de uma narrativa é menos importante para mim do que sua construção, que inevitavelmente modela, omite, distorce, combina e reorganiza o passado” (NATHAN, 2003, p. 7). O projeto de Nathan não foi concebido como uma história padrão. Como ele ressalta, “*Saying It's So* é menos sobre a história do baseball do que sobre valores culturais e as formas nas quais as pessoas constroem sentidos” (NATHAN, 2003, p. 2). Ele também nota que “esse livro utiliza o *Big Fix*²⁰ como um portal para esses assuntos e considera o que as versões do escândalo dos *Black Sox* revelam sobre aqueles que as recriaram e as respectivas épocas nas quais foram produzidos” (NATHAN, 2003, p. 6).²¹

A intertextualidade como uma ferramenta analítica permite mais do que apenas uma comparação crítica de textos e narrativas produzidos e distribuídos diferenciadamente – ainda que este seja um passo inicial necessário. A contribuição mais profunda da intertextualidade como uma estratégia de análise é que ela revela que as narrativas e os eventos que elas buscam

²⁰ O *Big Fix*, ou Grande Armação, foi um acordo feito com oito jogadores do Chicago Black Sox para que entregassem as *World Series*, os jogos finais do campeonato nacional de baseball dos Estados Unidos, em 1919 (N. do T.).

²¹ Ainda que relativamente raro na história do esporte, o método tem sido utilizado de forma proveitosa por outros estudiosos que o têm aplicado a estudos sobre a mudança de significados de eventos como o escândalo Watergate (SCHUDSEN, 1992), revoltas de escravos (STONE, 1992), a Guerra Civil norte-americana (CURRAN, 1995), o caso Irã-Contras (LYNCH e BOGAN, 1996), e o naufrágio do Titanic (BIEL, 1996).

capturar estão localizadas em um tipo de distorção temporal epistemológica. O passado não está nunca estabelecido, uma vez que significados não são nunca permanentemente fixos. Assim como os eventos do passado, como os entendemos, influenciam nossos pensamentos e ações sobre o presente, também vemos o passado a partir do presente e reinterpretemos eventos passados à luz de ocorrências mais recentes. Leola Johnson e David Roediger (2000) demonstram esse processo em sua provocativa análise da inacabada história do texto conhecido como O. J. Simpson. Citando percepções públicas de Simpson antes e depois dos assassinatos de sua esposa Nicole Brown Simpson e de Ron Goldman, eles documentam a fragilidade e a impermanência do passado. Como Toni Mason expôs sucintamente na abertura de sua introdução ao volume no qual esse ensaio foi originalmente publicado, “nós fomos enganados. Nós achávamos que ele nos amava. Agora sabemos que tudo o que vimos era falso” (MORRISON, 1997, p. vii).

Minha pesquisa sobre as narrativas do monte Everest utiliza diversas estratégias de análise intertextual: comparando diferentes versões da mesma história, mapeando as mudanças de significado de uma história ao longo do tempo e, principalmente, explorando a forma como uma narrativa afeta o relato de outras narrativas – algumas anteriores, outras posteriores – e como eventos atuam no sentido de desfazer significados predominantes de uma história anterior. Todos esses métodos têm início com uma tentativa de articular as narrativas dominantes em seu local junto ao monte Everest e as formas com que cada história se relaciona com esses significados. Mais especificamente, procuro, em cada história, por discrepâncias entre os relatos. Como o relato de Anatoli Boukreev (BOUKREEV e DEWALT, 1997) sobre os eventos de maio de 1996, em especial suas próprias ações durante a tempestade, contradiz o de Jon Krakauer (1997)? Qual é a diferença produzida por essas duas versões da história? Que tipo de trabalho cultural cada uma realiza? Ou em relação às mudanças de significados ao longo do tempo, como as referências de Edmund Hillary (1955, 1975, 1999) sobre Tenzig

Norgay mudam de uma autobiografia para outra? Como respondemos ao fato de que Tenzig virtualmente desaparece da segunda dessas narrativas? E como esses relatos diferem das “autobiografias” que Tenzig produziu (NORGAY e ULLMAN, 1955; NORGAY, T., 1977)?²² Temos agora relatos de primeira mão de sete dos membros da exitosa escalada do Everest de 1953 (HUNT, 1953; NOYCE, 1954; HILLARY, 1955; NORGAY e ULLMAN, 1955; MORRIS, 1958; BAND, 2003; WARD, 2003);²³ temos sete versões da verdade? Como devemos compreender as correspondências e as divergências entre os relatos? Encontrar as semelhanças não estabelece a verdade, mas sim uma coleção de verdades preferenciais e parciais, ou talvez uma estratégia para a memorialização – um sentido comunal das questões importantes que necessitam ser capturadas para a posteridade, que possam ser veneradas no processo ritual da narrativa. O motivo de colecioná-las e compará-las não é estabelecer uma verdade colaborativa – ou a história –, mas nos lembrar que narrativas são particulares, independentes, interdependentes e intertextuais.

Mais do que interesse pessoal está em jogo na forma como um autor enquadra a sua narrativa. Como Durkheim e outros nos lembram, essas narrativas são tanto produtos culturais como são produtos de mãos individuais. Na verdade, a proclamação da morte do autor pelo pós-estruturalismo nos obriga a olhar além da ficção modernista da propriedade individual sobre nossas ideias e suas expressões, e a entender atos de produção de sentido como culturais e discursivos, e não pessoais. Resolver as discrepâncias entre relatos através de estratégias intertextuais não é o objetivo principal, mas sim localizar essas discrepâncias dentro do

²² As autobiografias de Tenzig levantam questões importantes sobre o sentido de autoria, como nos lembra a pergunta retórica de Spivak (1988): “Os subalternos podem falar?”. Relatos de vida dos sherpa autorizados pelos próprios sherpas só agora começam a aparecer. Ver Tashi Tenzing (2001) e Jamling Tenzing Norgay (2001).

²³ O livro de Band (2003) é a “história oficial”, co-patrocinado pela Royal Geographical Society, pela Fundação Monte Everest e pelo Clube Alpino.

contexto de sua produção e consumo e dentro de seu contexto histórico.²⁴

Narrativas de redenção no monte Everest

Imprevisíveis como os eventos de uma escalada podem ser, a literatura montanhista segue linhas de enredo previsíveis que caracterizam o gênero. Os contos do Everest, assim como narrativas esportivas, seguem uma trajetória familiar da antecipação (a preparação e a jornada ao acampamento base), passando pelo desafio (estabelecer o acampamento base e todos os acampamentos intermediários ao longo do caminho), o clímax (a subida final ao cume), até o desenlace final (a volta ao acampamento base e para casa). Juntos, eles produzem elementos centrais para a literatura montanhista: um grupo de escaladores dedicados, aventureiros e capazes; a documentação do risco e das dificuldades; e do esforço especial que resulta em algum tipo de triunfo ou tragédia. Assim, cada um tem lugar na narrativa dominante e preferencial de coragem e perseverança frente a dificuldades e desafios, e cada um afirma a importância da luta.

Mas são os elementos imprevisíveis da escalada que produzem seu drama particular.

Para adquirir seu lugar no cânone montanhista, um livro de montanhismo deve documentar

²⁴ Aqueles que trabalham com contextos históricos mais recentes têm um maior número de relatos para trabalhar. Muitos historiadores não têm o luxo de tentar decidir como e por que diferentes versões da mesma história divergem. Nas narrativas do Everest, as condições de produção desempenham um papel importante na variedade de relatos disponíveis para a leitura. Na década de 1920, o controle da narrativa era concentrado em um único autor: o líder da expedição era encarregado de fornecer notícias regulares para o *Times*, que havia comprado direitos exclusivos da história. Nenhum outro membro da expedição tinha a permissão de escrever seu próprio relato. Em 1953, novamente sob contrato exclusivo, o *Times* destacou o jovem repórter James Morris (agora Jan Morris) para acompanhar a equipe ao Everest. Ainda que Morris e o *Times* tivessem contrato exclusivo, jornais rivais enviaram seus próprios repórteres para espreitarem em torno de Katmandu para tentar interceptar as histórias de Morris para si próprios – ver Ralph Izzard (1954). Através de códigos inteligentes e enorme esforço físico, Morris conseguiu manter o furo de reportagem e entregou a história exclusiva da triunfal chegada ao cume para o *Times*, para ser publicada no próprio dia da coroação. Todos os outros jornais tiveram que reimprimir o relato do *Times*. O livro de Morris (1958), *Coronation Everest*, é uma anomalia junto à literatura de montanhismo, visto que sua tensão provém tanto do suspense da intriga jornalística como do suspense da escalada em si. Essa exclusividade se encerrou uma vez que os escaladores saíram da montanha e seis participantes já escreveram a sua história. Em 1996, a autoria exclusiva parecia uma ideia excêntrica. Existiam estações de internet no acampamento base, equipamentos de satélite carregados até a montanha por sherpas, e dois jornalistas profissionais entre os escaladores. Até hoje, quatro escaladores escreveram seus próprios livros sobre esses eventos. Temos atualmente um emaranhado de riquezas narrativas e uma confusão de fontes e mensagens, em termos de relatos de primeira mão, e uma quantidade enorme de material na internet.

algo além do usual – a primeira subida por uma nova rota, uma saída ou resgate especialmente angustiante, coragem ou sacrifício notáveis, dificuldades devastadoras ou tragédia. Dessa forma, dentro de um contexto de enredos familiares, cada conto do Everest tem sua trajetória dramática particular: o desaparecimento misterioso de Mallory e Irvine em 1924, o triunfo de Hillary e Tenzig em 1953, a nevasca repentina de 1996. Mas além de carregarem as mensagens narrativas dominantes inerentes a todos os textos montanhistas e de adicionarem sua própria variação desses temas à história cumulativa do Everest, cada história do Everest reproduz e participa de discursos culturais mais amplos.

Uma leitura crítica dos relatos do Everest penetra essas correntes discursivas mais profundas. Seria falso afirmar que fiquei surpresa ao descobrir que as narrativas do Everest que examinei funcionavam como produtoras e reprodutoras de discursos sobre masculinidade, privilégio de classe, nacionalismo expansivo e etnocentrismo, por exemplo, uma vez que uma perspectiva crítica me predispõe a olhar por esses temas, ou melhor, requer que eu o faça. Esses temas existem logo abaixo da superfície dos relatos do Everest, e não é necessário ser um gênio crítico para revelá-las. Mais interessante ainda são as formas específicas com que esses discursos são ativados em cada texto e, mais ainda, como os textos são ligados intertextualmente. Cada um deles tem parte de seu sentido derivada dos outros, e ainda assim os textos também se colocam uns contra os outros de forma a produzir leituras imprevistas. Por exemplo, em minha análise de três eventos no Everest, uma abordagem intertextual revelou um tema de redenção que liga as três narrativas de formas imprevistas, com a análise final revelando a magnitude da importância que o Everest possui como um símbolo cultural.

Minha análise das expedições lideradas por britânicos dos anos 1920 e do sucesso britânico no Everest em 1953 prestou cuidadosa atenção ao tema de nacionalismo que dominou essas expedições, ou, de forma mais precisa, à necessidade de redenção nacional que atuou nessas histórias. Relatos de reportagens contemporâneas deixam claro que Mallory, em

1924, e Hillary e Tenzig, em 1953, eram amplamente vistos como plataformas para sustentar os flácidos espíritos britânicos após os fracassos nos polos norte e sul e, ainda mais, após o fim do império. Em ambos os casos, como discuto abaixo, a significância das escaladas para a restauração do avariado prestígio nacional foi evidente.²⁵

Mas meu projeto sobre o Everest incluía também os trágicos eventos de 1996 – eventos que colocaram o Everest na arena pública após mais de quarenta anos de relativa ausência. Se a redenção é um tema tão pervasivo nas narrativas do Everest que dominaram a consciência pública sobre a montanha, como ela se manifestou nas narrativas de 1996? Um compromisso com métodos intertextuais levou-me a colocar todas as três narrativas dentro de um enquadramento discursivo mais abrangente e a buscar as semelhanças e descontinuidades entre eventos que produzem uma estrutura de compreensão do Everest que transcende qualquer evento do Everest em particular e seu relato. Como descrevo abaixo, encontrei redenção nas histórias de 1996 em uma forma que não só o confirmou como um tema proeminente, mas foi ainda mais longe ao reafirmar a magnitude do poder simbólico que o Everest empunha, uma vez que os eventos de 1996 resultam em narrativas que lamentam o mau uso e a degradação do Everest, construindo assim o próprio Everest como ameaçado, em necessidade de redenção. Para apreciar esse padrão, é necessário explorar as três histórias do Everest juntas.

As expedições britânicas ao Everest nos anos 1920 tiveram grande significância nacional. Ainda que o Everest estivesse localizado em uma área desolada que nunca esteve dentro dos limites do império britânico, não importa o quão grande este fosse, muitos bretões o consideravam um pico britânico, e serem os primeiros a conquistá-lo era visto como uma questão de honra nacional. Após a vergonha nacional com os fracassos das tentativas britânicas de se tornarem os primeiros no Polo Norte e depois no Polo Sul, sendo a última uma pungente

²⁵ Esse ponto é claramente articulado em análises anteriores. Ver Stewart (1980, 1995) e Hansen (2000, 2001).

tragédia, a atenção passou para o Everest, agora visto como “o terceiro Polo”, e o fardo do prestígio britânico passou para os ombros de George Mallory. Mallory é uma lenda do montanhismo, amplamente considerado o melhor escalador de sua geração. Ele foi também uma figura romântica, bonito e charmoso, um escalador gracioso, um estudante de *public school* apelidado de “Galahad” por seus amigos, um homem que lia poesia em sua tenda nas altas encostas do Everest. Ele era o homem perfeito para cumprir a missão cultural do Comitê do Monte Everest, um grupo de homens de classe média alta que acreditavam ter um mandato para promover essas escaladas para o bem nacional. Assim, George Mallory foi colocado para redimir simbolicamente as glórias das conquistas britânicas, que haviam sido simbolicamente perdidas pelo trágico fracasso de Scott no Polo Sul. Mas o orgulho britânico sofreu um novo golpe quando, na terceira expedição, em 1924, Mallory e seu parceiro de escalada, Andrew Irvine, desapareceram em uma nuvem perto do cume da montanha. Quando a nuvem se dissipou, os montanhistas haviam desaparecido sem deixar vestígio. Gerações de escaladores discutiram sobre seu destino e se haviam chegado ao cume antes de desaparecerem. Assim como Scott antes dele, Mallory se tornou um herói romântico e trágico (Birrell, 2002).²⁶

O capítulo central na história do Everest é certamente a primeira chegada ao seu cume em 1953, um momento que representa a maior glória da exploração do Everest. A foto de Edmund Hillary, que mostra Tenzig Norgay no cume, captura um momento icônico do montanhismo e do esporte. Nomeada recentemente pela revista *Life* e pela *Sports Illustrated*

²⁶ Os discursos e elogios proferidos no funeral de Mallory já publicados tocam nesses temas, ver David Robertson (1968, p. 250-254). A vida de Mallory foi documentada em diversas biografias: Showell Styles (1967), Peter Gillman e Leni Gillman (2000), Dudley Green (2003). Os relatos oficiais da expedição são de Charles Bruce *et al.* (1923) e Edward Norton *et al.* (1925). Para um relato quase contemporâneo sobre a importância nacional das expedições da década de 1920, ver Francis Younghusband (2000). Livros recentes sobre a descoberta do corpo de Mallory em 1999 também fornecem uma caracterização sua, especialmente os de David Breashears e Audrey Salkeld (s.d.), Peter Firstbrook (1999), Jochen Hemmleb, Larry Johnson e Eric Simonson (1999) e Tom Holzel e Audrey Salkeld (1996). Além disso, os artigos de jornais contemporâneos contidos em coleções de recortes do Clube Alpino foram uma grande ajuda para se perceber o impacto das expedições dos anos 1920 pela Inglaterra.

como um dos maiores feitos do século XX,²⁷ a subida do Everest se estabeleceu como o padrão para todas as histórias de coragem e perseverança. Esse triunfo foi amplamente considerado como tendo recuperado algo do prestígio perdido pela Inglaterra após os fracassos das escaladas dos anos 1920 e das quatro fracassadas escaladas organizadas durante as décadas de trinta, quarenta e cinquenta. Outro elemento que contribuiu para seu significado nacionalista foi o fato de que a façanha foi realizada na véspera da coroação da Rainha Elizabeth II e foi apresentada a ela como um presente pela coroação. Assim, bretões recentemente desprivados dos últimos vestígios reais do que fora seu poderoso império imaginavam que poderiam entrar em uma nova era elizabetana (MORRIS, 2003). Para nacionalizar seu feito – para fazer o Everest seu –, o incômodo fato de que nenhum dos homens que chegaram ao cume era britânico deveria ser administrado: Hillary era um desajeitado neozelandês e Tenzig um cidadão do Nepal ou da Índia, uma distinção que por si própria criava grande controvérsia nacionalística. Seu “patriamento” foi resolvido através de intervenção narrativa de duas formas: proclamando ambos os homens cidadãos da *Commonwealth*, uma declaração muito difícil de ser sustentada para Tenzig, e elevando a importância da contribuição de John Hunt, um verdadeiro bretão que foi líder da expedição (BIRRELL, 2003).²⁸

Uma vez “conquistado”, o Everest assumiu uma qualidade quase transcendente. No final do século XX, as expedições não tinham mais a atenção pública que as dos anos 1920 e a de 1953 tiveram – foram destaques nas primeiras páginas de jornais, por exemplo –, mas o Everest ainda mantinha, até mesmo solidificara, seu status icônico como o maior símbolo de aspiração e conquista. Ele também se tornou uma metáfora útil, muitas vezes reduzida ao uso na publicidade para a venda de qualquer coisa, de relógios a pastilhas. Mas os eventos de 1996

²⁷ Still on top of the world – Sir Edmund Hillary reflects on Everest. *Life: The Greatest Adventures of All Time*. Des Moines, Iowa: Time Life Books, 2000, p. 84-104; Frank Deford. “Our favorite feats: pioneer Miler Roger Bannister and Everest conqueror Edmund Hillary became, at midcentury, the last great heroes in an era of sea change in sport”. *Sports Illustrated*, 27 Dez.1999, p. 102-124.

²⁸ Ver também Stewart (1980, 1995), Hansen (2001), Ellis (2001), e Bayers (2003).

trouxeram o Everest de volta às primeiras páginas, dessa vez com um enredo que ameaçava os significados e os valores que ele havia incorporado.

Os eventos de 1996 são invariavelmente rotulados como trágicos. O centro dramático da história é a repentina tempestade no cume da montanha que tirou a vida de oito escaladores. O foco de todos os relatos jornalísticos foi a busca por explicações, e a maioria dos relatos foca na combinação de circunstâncias mortais: escaladores de mais, experiência de menos, decisões ruins por parte dos líderes e mau tempo. A nevasca inesperada foi o fator precipitante, mas a maioria também culpava a arrogância dos líderes da expedição, Rob Hall e Scott Fischer, que haviam criado um negócio para guiar escaladores relativamente inexperientes ao topo do cume mais alto do mundo. O ultraje também foi direcionado aos escaladores, normalmente chamados de “turistas”, que eram vistos como tendo sido escolhidos não por sua experiência ou habilidade em escaladas, mas por sua habilidade em pagar a taxa de \$65.000 (BIRRELL, 1997, 1999).²⁹

Mas ainda que o tema principal desses relatos seja a acusação da comercialização da escalada, o nacionalismo também está presente. Relatos populares compreenderam a tragédia de 1996 ao tentar definir quem “pertencia” na montanha, geralmente concluindo que apenas escaladores de elite, altamente habilitados e experientes – uma categoria que pareceria majoritariamente branca, ocidental, profissional e masculina – deveriam ser permitidos escalar. Ninguém argumentou que este lugar sagrado não deveria ser violado por nenhum montanhista, não importando quantas cerimônias *puja* sejam realizadas, ou que a população indígena deveria ser responsável por decidir o destino da montanha. Ao invés disso, ao tentar determinar

²⁹ Ver também Krakauer (1997). Krakauer foi enviado ao Everest pela revista *Outside* especificamente para fazer uma matéria sobre expedições guiadas. Uma amostragem das manchetes das reportagens e de comentários que apareceram em jornais e revistas são um indicativo da opinião pública: “O topo do mundo, sem lugar para amadores”, *US News & World Report*, 27 Mai. 1996, p. 10-11; Jannet Conant, “Ambição cega pela neve”, *Vanity Fair*, Ago. 1996, p. 80-84, 143-147; “O Everest leva a pior, se recusando a ser elegante”, *New York Times*, 14 Mai. 1996, sec. A, p. 1, 3; “Escalar montanhas é sublime; seria egoísta também?” *New York Times*, 19 Mai. 1996, sec. 4, p. 7; “Preso no Everest: como a maior montanha se tornou um parque mortal”, *Newsweek*, 27 Mai. 1996, p. 8.

quem pertencia na montanha, os argumentos construíram racionalidades de restrito acesso culturalmente situadas que obscureciam motivos nacionalistas e imperialistas (BIRRELL, 1997, 1999).

Mesmo criticamente, os eventos de 1996 prejudicaram severamente a pureza da reputação do Everest como um símbolo de conquista. Enquanto nas primeiras épocas o Everest era um lugar de lutas pelo prestígio nacional e de realização masculina, depois de 1996 a habilidade da montanha de se sustentar como um símbolo de conquista foi comprometida. O que significaria escalar o monte Everest quando um de seus mais famosos escaladores chamou a rota sul de “a estrada de tijolos amarelos para o cume”³⁰, quando clientes ricos estavam sendo carregados ao cume, quando ligações para computadores eram comuns, quando qualquer um com \$65.000 poderia ser escoltado ao cume? A repercussão negativa após os eventos de 1996 foram imensas, e 1996 não foi uma tragédia apenas em termos de perda de vidas, mas também foi uma tragédia para a reputação do Everest. Mas, como a análise intertextual nos lembra, a história não fica parada. Como pôde ser visto, dois eventos posteriores no Everest intervieram no processo de narrativa, fornecendo um novo enquadramento para a compreensão do significado destes eventos perturbadores.

Em 1999 uma equipe de escaladores montou uma expedição para encontrar o corpo de Andrew Irvine, que segundo rumores havia sido visto por escaladores na face norte. Abençoados por condições perfeitas e contra grandes probabilidades, eles tiveram sucesso e não encontraram Irvine, mas o próprio Mallory. Sua descoberta despertou considerável interesse público e refrescou a lenda do histórico escalador – no tempo certo, levando em conta os eventos de 1996 que lançaram uma sombra sobre a aura do Everest.³¹ Eric Simonson, um

³⁰ Esse comentário é atribuído a Scott Fischer, um escalador veterano e líder da empresa de guia comercial Mountain Madness. Ele morreu no Everest durante a nevasca de 1996. Ver Krakauer (1997).

³¹ Diversos livros apareceram quase que imediatamente: Breashears e Salkeld (s.d.), Hemmleb, Johnson e Simonson (1999) e Anker e Roberts (2001). O lendário escalador Reinhold Messner (2001) ofereceu sua

membro da equipe de escaladores que encontrou Mallory, fez ligações explícitas sobre os dois eventos:

Eu estava cada vez mais frustrado pelo equívoco do público de que a história do Everest começara essencialmente em 1996 e consistia majoritariamente de decisões ruins e tragédias com escaladores inexperientes. (...) Eu queria que a nova classe de espectadores montanhistas aprendesse mais sobre o Everest que eu conheço: uma montanha diferente e muito mais rica – um gigante completo com um longo legado de heróis, desafios e mistérios. Nenhuma história do Everest poderia ensinar isso melhor do que a grande história de Mallory e Irvine.³²

A ressurreição de George Mallory lembrou o público do romance de aventuras passadas do Everest e da pureza da aventura heroica em geral, tendo um grande papel na remoção da desagradável reputação de comercialismo no Everest que ameaçava a substituir.

Um segundo grupo de eventos que interveio para auxiliar na restauração da danificada reputação do Everest foram as festas do quinquagésimo aniversário da primeira expedição bem sucedida ao cume do Everest por Tenzig e Hillary. Entre todas as histórias do Everest, esta, e a icônica imagem de Tenzig triunfante no cume, não é apenas a narrativa dominante do Everest, mas a de todo o montanhismo: ela permanece virtualmente impenetrável a detração e controvérsia – e a releituras. O quinquagésimo aniversário da primeira subida ocasionou festividades por todo o globo: em uma noite de gala em Londres estrelada por todos os membros sobreviventes remanescentes da equipe e que contou com a presença, com grande fanfarra, da rainha Elizabeth II, ele própria uma peça importante no drama; em um festival esportivo de um mês no Nepal, no qual Sir Edmund Hillary foi o convidado de honra; na fundação beneficente American Himalayan Foundation, também visitada por Sir Edmund.³³

opinião sobre as ligações entre Mallory e a escalada moderna em *The Second Death of George Mallory: The Enigma and Spirit of Mount Everest*.

³² Eric Simonson, citado em Holzell and Salkeld (1996, p. xiii).

³³ É evidente que nem todas as celebrações foram tão respeitadas. Uma que demonstra bem os nossos dias foi o programa de televisão dos E.U.A. *Global Extreme Mt. Everest 4 – Runners of Adventure* (Extremo Global Monte Everest 4 – Corredores de Aventura), uma competição do tipo “Survivor” na qual o estágio final era uma escalada televisionada da face norte do Everest. A série foi transmitida na rede *Outdoor Life* de janeiro a junho de 2003.

Ao nos lembrar do momento supremo da glória montanhista, essas celebrações também atuaram no sentido de ajudar a restaurar o esplendor à reputação do Everest (BIRRELL, 2003).

Os eventos de 1999 e 2003 devem logicamente derivar sua projeção a partir de suas conexões com as escaladas dos anos 1920 e de 1953, respectivamente. Ironicamente, no entanto, a descoberta do corpo de Mallory é ligada mais intimamente aos desenlaces da tragédia de 1996 do que à tragédia de 1924. E os eventos de 2003, organizados ostensivamente para celebrar o triunfo heroico de 1953, na verdade adquirem maior proeminência uma vez que também atuam para restaurar o respeito ao Everest após os trágicos eventos de 1996. Reconhecer a força das narrativas para confirmar ou desfazer as narrativas do passado – ou do futuro – indica que elas alcançam sua força e coerência através de sua intertextualidade. O fato de que os significados ativados pelos eventos de 1999 e de 2003 ressoam mais com os eventos de 1996 do que com os eventos que eram originalmente supostos a aumentar e elaborar é uma evidência da força da intertextualidade. Ainda que empregado de forma distinta em diferentes narrativas, o tema de redenção emerge claramente como um elemento crucial nas histórias que circulam ao redor do monte Everest. Quando ocorre um evento que ameaça manchar a imagem do Everest como um símbolo de aspiração, coragem e conquista, as narrativas de outros eventos são mobilizadas para recuperar sua imagem.

Neste drama final de redenção, a magnitude do significado simbólico do Everest é revelada. O Everest carrega uma importância cultural tão grande que eventos disruptivos que ameaçam perturbar seu significado dominante geram contra-narrativas fortes. Em tais tempos de crises narrativas, o Everest é resgatado por meio de narrativas, e estratégias intertextuais de análise fornecem um meio de se considerar esse processo.

Textualidade, intertextualidade e a promessa de troca interdisciplinar

Neste artigo, como na conferência da NASSH em que uma versão anterior foi apresentada, tentei estabelecer alguns pontos de contato, algum terreno comum entre estudiosos interessados em explorar aspectos de nosso passado esportivo, quer estejamos localizados dentro dos confinamentos dos Estudos do Esporte, da Sociologia do Esporte ou da História do Esporte. Utilizando minha própria pesquisa sobre o monte Everest como ponto de partida e de chegada, apresentei uma abordagem aos estudos culturais do esporte que acredito fornecer uma promissora entrada no entendimento dos significados dos eventos do passado: as análises textual e intertextual. A análise textual, a análise de narrativa e a análise de discurso são estratégias metodológicas inter-relacionadas relativamente novas para o estudo do passado. Ainda assim acredito que elas oferecem animadoras oportunidades para se descobrir as formas nas quais culturas produzem suas histórias através da produção e distribuição de narrativas dominantes e preferenciais. Essas narrativas são um foco apropriado para historiadores, não apenas como documentos do que aconteceu no passado, mas como documentos sobre o que as pessoas querem que recordemos sobre o passado; como um meio de perceber como os “fatos” do passado são produzidos e mobilizados. Se alguém conceitualiza os eventos do passado como textos, o foco na intertextualidade – nas interconexões entre textos e narrativas que se esticam do passado para o presente, e novamente para trás – fornece uma estratégia para análises que prometem revelar a complicada natureza do passado e nosso conhecimento sobre ela.

Referências Bibliográficas

ANDREWS, David. Desperately seeking Michel: Foucault's genealogy, the body, and critical sport sociology. *Sociology of Sport Journal*, n.10, p. 148,167, 1993.

_____. Posting-up: French post-structuralism and the critical analysis of contemporary sporting culture. In: COAKLEY, Jay; DUNNING, Eric. *Handbook of sports studies*. Thousand Oaks, California: Sage, 2000, p. 106-137.

_____. (Org.). *Michael Jordan, inc.: corporate sport, media culture, and late modern America*. Albany: State University of New York Press, 2001.

_____. Coming to terms with cultural studies. *Journal of Sport and Social Issues*, n.26, p. 110-117, 2002.

ANDREWS, David L.; JACKSON, Steven J. (Orgs.). *Sport stars: the cultural politics of sporting celebrity*. New York: Routledge, 2001.

ANKER, Conrad; ROBERTS, David. *The lost explorer: finding Mallory on Mount Everest*. New York: Touchstone, 2001.

BAND, George. *Everest: 50 years on top of the world*. London: Harper Collins Publishers, Ltd. 2003.

BAYERS, Peter. *Imperial ascent: mountaineering, masculinity, and Empire*. Boulder: University Press of Colorado, 2003.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *The social construction of reality*. Garden City, N.Y.: Anchor, 1966.

BERKHOFER, Robert. *Beyond the great story: history as text and discourse*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1995.

BIEL, Stephen. *Down with the old canoe: a cultural history of the Titanic disaster*. New York: W.W. Norton, 1996.

BIRRELL, Susan. Sport as ritual: interpretations from Durkheim to Goffman. *Social Forces*, n.60, p. 354-376, 1981.

_____. Ego-Tourism at 29,000 Feet: Mt. Everest, May 1996. Apresentação no encontro anual da North American Society for Sport History, Springfield, Massachusetts, 1997. Mimeo.

_____. Claiming Mt. Everest: Nationalism and Ideology at 29,000 Feet. Palestra de honra Grayson Kirk em Estudos Internacionais, Miami University, Miami, Ohio, 1999. Mimeo.

_____. The Resurrection of George Mallory. Apresentação no encontro anual da North American Society of Sport History, French Lick, Indiana, 2002. Mimeo.

_____. The Empire's New Clothes: Everest 1953, 2003. Apresentação no encontro anual da North American Society of Sport History, Columbus, Ohio, 2003. Mimeo.

BIRRELL, Susan; MCDONALD, Mary (Orgs.). *Reading sport: critical essays on power and representation*. Boston: Northeastern University Press, 2000.

- BLOOM, Lisa. *Gender on ice: American ideologies of polar expeditions*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.
- BLUMER, Herbert. *Symbolic interactionism: perspective and method*. Englewood Cliffs, N.J: Prentice-Hall, 1969.
- BOOTH, Douglas. *The field: truth and fiction in sport history*. New York: Routledge, 2005.
- BOUKREEV, Anatoli; DEWALT, G. Weston. *The climb: tragic ambitions on Everest*. New York: St. Martins, 1997.
- BREASHEARS, David; SALKELD, Audrey. *The last climb: the legendary Everest expeditions of George Mallory*. Washington, D.C.: National Geographic, s.d..
- BRUCE, Charles et al. *The assault on Everest, 1922*. London: Edward Arnold, 1923.
- CAHN, Susan. *Coming on strong: gender and sexuality in twentieth-century women's sport*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1995.
- CURRAN, Jim. *The Civil War in popular culture*. Washington, D.C.: Smithsonian, 1995.
- DONNELLY, Peter. The invention of tradition and the (re)invention of mountaineering. In: WAMSLEY, Kevin (Org.). *Sport history and social theory*. Dubuque, Iowa: Brown and Benchmark, 1995, p. 235-243.
- _____. Playing with gravity: mountains and mountaineering. In: VERTINSKY, Patricia; BALE, John. *Sites of sport: space, place, experience*. New York: Routledge, 2004, p. 131-144.
- DURKHEIM, Emile. *The elementary forms of the religious life*. New York: Free Press, 1915.
- EAGLETON, Terry. Poststructuralism. In: _____ (Org.). *Literary theory: an introduction*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1983, p. 127-150.
- ELLIS, Reuben. *Vertical margins: mountaineering and the landscapes of neoimperialism*. Madison: University of Wisconsin Press, 2001.
- FIRSTBROOK, Peter. *Lost on Everest: the search for Mallory and Irvine*. Chicago: Contemporary Books, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *The archeology of knowledge and the discourse on language*. Trad. A.M. Sheridan Smith. New York: Harper and Row, 1972.
- GILLMAN, Peter; GILLMAN, Leni. *The wildest dream: the biography of George Mallory*. Seattle, Wash.: Mountaineers, 2000).
- GREEN, Dudley. *Because it's there: the life of George Mallory*. Stroud, U.K.: Tempus, 2003.

- GROSSBERG, Larry. Cultural studies, modern logics, and theories of globalization. In: MCROBBIE, Angela (Org.). *Back to reality? social experience and cultural studies*. Manchester, U.K.: Manchester University Press, 1997, p. 7-35.
- HALL, Stuart. The problem with ideology: Marxism without guarantees. *Journal of Communication Inquiry*, n.10, p. 28-44, 1986.
- HANSEN, Peter. Confetti of Empire: the conquest of Everest in Nepal, India, Britain and New Zealand. *Comparative Studies in Society and History*, n.42, p. 307-332, 2000.
- _____. Coronation Everest: the Empire and Commonwealth in the 'Second Elizabethan Age'. In: WARD, Stuart (Org.). *British culture and the end of Empire*. New York: Manchester University Press, 2001, p. 57-72.
- HEMMELEB, Jochen; JOHNSON, Larry; SIMONSON, Eric. *Ghosts of Everest: the search for Mallory and Irvine*. Seattle, Wash.: Mountaineers, 1999.
- HILL, Jeffrey. British sports history: a postmodern future. *Journal of Sport History*, n.23, p. 1-19, 1996.
- HILLARY, Edmund. *High adventure*. London: Stoddard and Houghton, 1955.
- _____. *Nothing venture, nothing win*. Kent, U.K.: Coronet Books, 1975.
- _____. *View from the summit: the remarkable memoir of the first person to conquer Everest*. New York: Pocket Books, 1999.
- HOLZEL, Tom; SALKELD, Audrey. *The mystery of Mallory and Irvine*. Ed. rev. Seattle, Wash.: Mountaineers, 1996.
- HUNT, John. *The conquest of Everest*. Garden City, N.Y.: International Collectors Library, 1953.
- HUNT, Lynn (Org.) *The new cultural history*. Berkeley: University of California Press, 1989.
- IZZARD, Ralph. *An innocent on Everest*. New York: E.P. Dutton, 1954.
- JENKINS, Keith. *Re-thinking History*. New York: Routledge, 1991.
- JOHNSON, Leola; ROEDIGER, David. Hertz Don't it: becoming colorless and staying black in the crossover of O.J. Simpson. In: BIRRELL, Susan; MCDONALD, Mary (Orgs.). *Reading sport: critical essays on power and representation*. Boston: Northeastern University Press, 2000, 40-73.
- KRAKAUER, Jon. *Into thin air: a personal account of the Mt. Everest disaster*. New York: Anchor Books, 1997.
- LUTZ, Catherine A.; COLLINS, Jane L. *Reading National Geographic*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

LYNCH, Michael; BOGAN, David. *The spectacle of history: speech, text, and memory at the Iran-Contra hearings*. Durham, N.C.: Duke University Press, 1996.

MACFARLANE, Robert. *Mountains of the mind: adventures in reaching the summit*. New York: Vintage, 2003.

MCDONALD, Mary; BIRRELL, Susan. Reading sport critically: a methodology for interrogating power. *Sociology of Sport Journal*, n.16, p. 283-300, 1999.

MESSNER, Reinhold . *The second death of George Mallory: the enigma and spirit of Mount Everest*. New York: St. Martins, 2001.

MILLER, J. Hillis. Narrative. In: LENTRICCHIA, Frank; MCLAUGHLIN, Thomas (Org.). *Critical terms for literary study*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

MILLS, C. Wright. *The sociological imagination*. Oxford: Oxford University Press, 1959.

MORLEY, David. Postmodernism: the rough guide. In: CURRAN, James; MORLEY, David; WALKERDINE, Valerie (Orgs.). *Cultural studies and communications*. New York: St. Martins Press, 1996, p. 50-65.

MORRIS, Jan. *Coronation Everest*. London: John Murray, 1958; London: Faber and Faber, 2003.

MORRISON, Toni. Introduction: the official story: dead man golfing. In: MORRISON, Toni; LACOUR, Claudia Brodsky (Orgs.). *Birth of a nation'hood: gaze, script, and spectacle in the O.J. Simpson case*. New York: Pantheon, 1997, p. vii-xxviii.

MORRISON, Toni; LACOUR, Claudia Brodsky (Orgs.). *Birth of a nation'hood: gaze, script, and spectacle in the O.J. Simpson case*. New York: Pantheon, 1997.

MUNSLOW, Alan. *Deconstructing history*. London: Routledge, 1997.

NATHAN, Daniel. *Saying it's so: a cultural history of the Black Sox scandal*. Urbana: University of Illinois Press, 2003.

NORGAY, Jamling Tenzing. *Touching my father's soul: a Sherpa's journey to the top of Everest*. New York: Harpers, 2001.

NORGAY, Tenzing. *After Everest*. London: George Allen and Unwin, 1977.

NORGAY, Tenzing; ULLMAN, James Ramsey. *Tiger of the snows: the autobiography of Tenzing of Everest*. New York: GP Putnam's Sons, 1955.

NORTON, Edward et al. *The fight for Everest, 1924*. London: Edward Arnold, 1925.

NOYCE, Wilfred. *South col: one man's adventure on the ascent of Everest, 1953*. Londres: William Heinemann Ltd., 1954.

ORIARD, Michael. *Reading football: how the popular press created an American spectacle*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1993.

_____. *King football: sport & spectacle in the golden age of radio and newsreels, movies and magazines, the weekly and the daily press*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2001.

ORTNER, Sherry B. *Life and death on Mt Everest: Sherpas and Himalayan mountaineering*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1999.

PALMER, Bryan. *Descent into discourse: the reification of language and the writing of social history*. Philadelphia: Temple University Press, 1990.

PARRAT, Catriona M. About turns: reflecting on sport history in the 1990s. *Sport History Review*, n.29, p. 4-17, 1995.

_____. Of place and men and women: gender and topophilia in the 'Haxey Hood'. *Journal of Sport History*, n.27, p. 229-245, 2000.

_____. Wasn't it ironic? the Haxey Hood and the great war. In: PHILLIPS, Murray. *Deconstructing sport history: a postmodern analysis*. Albany: State University of New York Press, 2005, p. 131-146.

PHILLIPS, Murray. Deconstructing sport history: the postmodern challenge. *Journal of Sport History*, n.28, p. 327-343, 2001.

_____. (Org.). *Deconstructing sport history: a postmodern analysis*. Albany: State University of New York Press, 2005.

PHILLIPS, Richard. *Mapping men and Empire: a geography of adventure*. New York: Routledge, 1997.

RIFFENBURGH, Beau. *The myth of the explorer*. New York: Oxford University Press, 1994.

RITZER, George. Sociology: A Multiple Paradigm Science. *American Sociologist*, n.10, p. 156-167, 1975.

ROBERTSON, David. *George Mallory*. Londres: Faber and Faber, 1968, 1999.

SARAP, Madan. *An introductory guide to post-structuralism and postmodernism*. Athens: University of Georgia Press, 1989.

SCHUDSEN, Michael. *Watergate in American memory: how we remember, forget, and reconstruct the past*. New York: Basic Books, 1992.

SPIVAK, Gayatri. Can the subaltern speak? In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Larry (Orgs.). *Marxism and the interpretation of culture*. Chicago: University of Chicago Press, 1988, p. 271-313.

STEWART, Gordon. The British reaction to the conquest of Everest. *Journal of Sport History*, n.7, p. 21-39, 1980.

_____. Tenzing's two wrist-watches: the conquest of Everest and late imperial culture in Britain 1921-1953. *Past and Present*, n.149, p. 170-190, 1995.

STONE, Albert. *The return of Nat Turner: history, literature, and cultural politics in sixties America*. Athens: University of Georgia Press, 1992.

STYLES, Showell. *Mallory of Everest*. New York: Macmillan, 1967.

TENZIG, Tashi. *Tenzing Norgay and the Sherpas of Everest*. New York: McGraw Hill, 2001.

THOMAS, W.I. *The unadjusted girl*. Boston: Little Brown and Company, 1923.

THOMAS, W.I. Thomas; THOMAS, Dorothy Swaine. *The child in America: behavior problems and programs*. New York: Alfred A. Knopf, 1928.

TRUJILLO, Nick. *The meaning of Nolan Ryan*. College Station: Texas A & M Press, 1994.

TURNER, Graeme. Why does cultural studies want history? *Australian Historical Studies*, n.118, p. 113-120, 2002.

VERTINSKY, Patricia. *The eternally wounded woman: women, doctors, and exercise in the late nineteenth century*. Urbana: University of Illinois Press, 1994.

WALKOWITZ, Judith. *City of dreadful delight: narrative danger in late-Victorian London*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

WARD, Michael. *Everest: a thousand years of exploration*. London: Ernest Press, 2003.

WEEDON, Chris. *Feminist practice and poststructuralist theory*. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

YOUNGHUSBAND, Francis. *The epic of Mount Everest*. London: Edward Arnold & Co., 1926; London: Pan, 2000.